

## DEPOIMENTO

Ingressei na carreira do Ministério Público em 31/03/70, após concurso, assumindo já no dia seguinte o cargo de Promotor de Justiça Substituto da Circunscrição de Ribeirão Preto.

Após uma semana, recebi um telegrama da Procuradoria-Geral comunicando minha designação para assumir a Promotoria de Justiça de Bananal, noutro lado do Estado. Minha primeira providência foi, chegando na estação rodoviária em São Paulo, comprar um mapa para ver onde fica a cidade de Bananal, que, até então, eu desconhecia, e como eu faria que fazer para chegar lá, vez que eu não tinha carro.

Em Bananal, trabalhei 3 meses. Comarca distante, de acesso difícil, na fronteira com o Estado do Rio de Janeiro, abandonada pelas autoridades superiores, sem juiz titular, sem promotor de justiça e sem delegado de polícia. Lá já vivenciei o quanto é importante da presença do Promotor de Justiça, nas pequenas localidades, no atendimento e na busca de soluções para os dramas humanos que, inevitavelmente, principalmente àquela época, se despejavam no fórum.

Como substituto, atuei, ainda, naquele ano de 1970, em promotorias da Capital, lembrando-me muito de minha atuação na Promotoria de Justiça do Júri, onde conheci ilustres Promotores, com eles muito aprendendo. Lá conheci, entre outros expoentes, o Dr. Alberto Marino Júnior, o Dr. Djalma Lúcio Gabriel Barreto e o Dr. José Guarino Marcos Garcia.

**Em janeiro de 1971, fui promovido para a Comarca de Duartina, onde fiquei, lá residindo, 3 anos e meio. Afora a carência de cargos de 2ª entrância, à época, para promoção, houve um episódio que me dispôs com o Poder Executivo Estadual, dificultando e retardando minha promoção. Numa eleição municipal, requisitei um inquérito policial por crime de desobediência a ordem judicial, que atingia o então presidente da Assembléia Legislativa do Estado, aliado do governador, tendo, aliás, o inquérito sido avocado pelo Procurador-Geral de Justiça, antes mesmo que eu viesse a propor a remessa para esse órgão superior. Minha promoção, então, atrasou e as notícias que membros do Conselho Superior me davam eram nesse sentido, ou seja, que eu estava mal visto no Palácio do Governo e não adiantava eu entrar em lista.**

**Em julho de 1974, fui promovido por antiguidade para a Comarca de Ourinhos, que tinha uma única vara judicial e uma só promotoria de justiça. Comarca pesadíssima, com índice de criminalidade bem maior, muitos furtos por arrombamento de residências, inclusive por duas vezes na casa em que eu residia com minha família.**

**Em janeiro de 1976, fui convocado para Diadema, que tinha apenas duas varas judiciais e duas promotorias de justiça. Muito trabalho e inúmeros plenários de júri. Em Diadema fiquei por 10 meses. Também uma experiência muito importante.**

**Promovido para a Capital, em fins de 1976, atuei aqui em várias promotorias, ficando um tempo maior na Equipe de Roubos, então recentemente criada, e que foi o órgão precursor no Ministério Público quanto a uma atuação eficiente contra a criminalidade, com cruzamento de dados e ação efetiva no desbaratamento de quadrilhas de assaltantes e de providências para suas prisões.**

**Por algum tempo, cerca de 3 anos, estive afastado da carreira, em função de assessoria jurídica junto ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, período muito profícuo também, para mim, no que tange a um aprofundamento em Direito do Estado, inclusive com frequência a curso de pós-graduação nessa área na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.**

**Voltei à carreira e, convidado pelo Dr. Paulo Salvador Frontini, então Procurador-Geral de Justiça, passei a atuar no Setor de Recursos Extraordinários Criminais da Procuradoria-Geral de Justiça, onde convivi, sempre aprendendo com os colegas, com os Drs. Célio de Arruda Júnior e Damásio E. de Jesus, que chefiaram aquele setor.**

**Promovido a Procurador de Justiça, ao que me lembro em 1982, continuei a atuar em recursos extraordinários criminais, passando, depois, para a Equipe de Habeas Corpus junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.**

**Integrei o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e fui membro do Conselho Superior do Ministério Público, por dois períodos, na segunda metade da década de 80.**

**Candidatei-me a Corregedor-Geral do Ministério Público no final de 1988, e, eleito pelos membros do Órgão Especial, vim a exercer esse importante cargo no biênio 1989/1990, procurando dar ênfase à orientação aos membros de primeira instância da Instituição para o bom desempenho das suas funções. Destaque a ser dado ao grupo de assessores, comandado pelo querido amigo, Dr. Mário Victor de Felício, sem os quais a gestão não teria atingido o resultado obtido.**

**Terminado o mandato na Corregedoria-Geral, com a reforma implantada à época, na gestão do Dr. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, assumi a coordenação da Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal de Alçada Criminal.**

**Em 1993, candidatei-me a Procurador-Geral de Justiça, liderando um movimento independente, dentro da política interna do Ministério Público do Estado, que preconizava uma maior desvinculação da Instituição dos poderes tradicionais do Estado, especialmente do Poder Executivo.**

**À época, mercê do bom trabalho realizado dentro da Instituição, vários expoentes do Ministério Público vieram a ocupar importantes cargos no Poder Executivo Estadual, tendo um deles, o Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, assumido o cargo de Governador do Estado.**

**Havia um clamor, dentro da classe, por independência em relação ao Poder Executivo Estadual e de renovação das lideranças internas. Se bem me lembro, foi a primeira eleição do Procurador-Geral por toda a classe. Percorremos o Estado visitando todas as regiões, ouvindo os anseios dos Promotores de Justiça e, com base neles, elaborando um projeto de gestão centrado no aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público em primeira e em segunda instâncias, diante das novas atribuições que a Constituição de 1988 trouxe, com forte ênfase na independência e autonomia da Instituição.**

**Alguns colegas merecem ser lembrados porque me acompanharam no dia a dia dessa campanha e da futura, colaborando na sua coordenação: Carlos Roberto Barretto, Leandro Pereira Leite, Marcos Tadeu Gonçalves Teixeira, Vidal Serrano Nunes Júnior e o atual Presidente da Associação Paulista do Ministério Público, Felipe Locke Cavalcanti, entre inúmeros outros.**

**Parte da oposição interna, entre eles o Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, que futuramente viria a ser Procurador-Geral, apoiou a minha candidatura. Outra parte, considerava-me ligado ao situacionismo e se absteve de participar do movimento. O Governador Fleury, em jantar de fim de ano dos membros do Ministério Público, em contato pessoal, garantiu-me que nomearia o mais votado pela classe.**

**Pela situação, concorreu o Dr. José Emanuel Burle Filho. Abertas as urnas, após emocionante apuração, o resultado final deu como mais votado o Dr. Burle, com apenas 12 votos a mais, tendo ele então sido nomeado Procurador-Geral de Justiça para o biênio 1994/1995.**

**Em 1995, voltei a ser candidato, em atenção ao apelo do grupo que se formara em torno das idéias defendidas na eleição anterior, acolhidas por metade da classe, como se constataria do resultado da eleição anterior, já agora com maior apoio do movimento oposicionista tradicional.**

**Ao longo da campanha, naquele ano, ante acusações que foram feitas a um irmão meu, então Deputado Estadual, iniciou-se feroz campanha pela imprensa contra o Deputado, sempre com a conotação de colocar em dúvida a lisura da apuração dos fatos, no caso de minha eleição para Procurador-Geral.**

**Cansado de ter de responder, a todo o instante, a esse questionamento e, vendo também que a campanha da imprensa contra o Deputado se alimentava do fato de ter ele um irmão pretendente ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, resolvi renunciar à minha candidatura.**

**Eu já tinha exercido quase todos os cargos de administração superior da Instituição e preferi dar os exemplos do desprendimento e da dignidade, do que insistir naquilo que sangrava minha família e colocava em dúvida a imparcialidade que era o mote principal da campanha.**

**De qualquer forma, o movimento pela independência do Ministério Público, iniciado em 1993, já produzira frutos e era o que bastava. E a renovação das lideranças veio a ocorrer.**

**Em 1996, minha filha Maria do Carmo Galvão de Barros Toscano, para alegria do seu pai e da família, ingressa na carreira do Ministério Público.**

**Esse é o resumo de minha história no Ministério Público do Estado de São Paulo.**

**Aposentei-me no início de 1997, com a consciência do dever cumprido. Desde então, há dezoito anos, exerço a advocacia.**

**Valeu a pena!**

**São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.**

**Luiz Carlos Galvão de Barros**